



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA  
Coordenação da Escola de Conselhos em Roraima  
www.ifrr.edu.br

## CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DE CONSELHEIROS TUTELARES DE RORAIMA

### MATRIZ CURRICULAR

#### Módulo I 40h

**Componente Curricular: Aspectos Históricos e Composição do SGDCA**  
**Carga Horária: 20 horas**

**Ementa:** História da luta por direitos humanos no mundo e tensionamentos atuais, brasileiros e locais. História e trajetórias dos direitos sociais no Brasil, destacando rupturas e continuidades entre o sistema menorista (situação irregular) e o sistema de garantia de direitos (proteção integral); Rede de garantia de direitos: o papel de cada um dos atores do sistema de garantia de direitos (Equipamentos públicos, entidades governamentais e não governamentais de atendimento. Movimentos, associações, entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes: Entidades empresariais, clubes de serviços, lideranças empresariais. Universidades, centros de pesquisa, órgãos de comunicação. Órgãos de segurança pública. Judiciário, Conselho Municipal/estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), etc.

#### Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1 – Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 3 set. 2025.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NICODEMOS, C. Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Questão racial, pobreza e emprego no Brasil: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade - manual de capacitação e informação. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9108/1/mod%20%20-%20Manual%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20G%C3%AAnero%2C%20Ra%C3%A7a%2C%20Pobreza%20e%20Emprego.pdf>. 5 ago. 2025.

VARELLA, S.F. O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sistema de informações para a infância e adolescência (SIPIA) - módulo I: conteúdo e metodologia. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/effcf756-f971-40e9-b881-ddded16e4af1>. Acesso em: 3 set. 2025.

VILLAS BOAS, B. M. de F. Projeto de Intervenção na Escola: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: São Paulo: Papirus, 2010.

<p><b>Módulo I</b> 40h</p>	<p><b>Componente Curricular:</b> Promoção, Proteção e Defesa aos Direitos da Crianças e dos Adolescentes <b>Carga Horária:</b> 20 horas</p> <p><b>Ementa:</b> Eixos de atuação de cada órgão da Rede de garantia de direitos. Atribuições dos conselheiros tutelares e a relação com os demais atores da rede de garantia de direitos. Legislações Nacionais e Internacionais, com ênfase na realidade do território do estado de Roraima e suas diversas facetas. Projeto de Intervenção (Conceitos e elaboração da proposta: definição de situação problema, tema, objetivos e metodologia.)</p> <p><b>Referências:</b>          AÇÃO EDUCATIVA. O impacto do FMI na educação brasileira. São Paulo, 1999.          ASSIS, S. G. de (Orgs.) <i>et al.</i> Teoria e prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009. ISBN: 978-85-61445-41-6. Disponível em: <a href="https://livredetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/livro-teoria-e-pratica-dos-conselhos-tutelares.pdf">https://livredetrabalhoinfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/livro-teoria-e-pratica-dos-conselhos-tutelares.pdf</a>.          CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.          MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-970-1076-3.          NASCIMENTO, A.F., <i>et al.</i> Conselhos tutelares. In: ASSIS, S.G., et al., (Orgs). Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009, pp. 139-224. ISBN: 978-85-7541-596-2.          UNICEF. 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019. 46 p. ISBN 978-85-87685-53-7 1. Disponível em: <a href="https://www.unicef.org/brazil/relatorios/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca">https://www.unicef.org/brazil/relatorios/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca</a>. Acesso em: 3 set. 2025.          VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.) Avaliação Formativa: Práticas inovadoras. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2011.</p>
<p><b>Módulo II</b> 40h</p>	<p><b>Componente Curricular:</b> Proteção Integral de Crianças e Adolescentes <b>Carga Horária:</b> 20 horas</p> <p><b>Ementa:</b> Rede de garantia de direitos: Promoção, Proteção e Políticas Públicas. Promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p><b>Referências:</b>          ABAD, M. <b>Crítica política das políticas de juventude</b>. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C. (org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. <b>Revista Brasileira de Educação</b>, São Paulo, nº 5-6, pág. 25-36, 1997. FREITAS, M. V. de (Org.). <b>Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais</b>. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <a href="https://library.fes.de/pdf/files/bueros/brasilien/05623.pdf">https://library.fes.de/pdf/files/bueros/brasilien/05623.pdf</a>. Acesso em: 3 abr. 2025.          PERONDINI, M. (Org.). <b>Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?</b> Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: <a href="https://editora.pucrs.br/download/livros/1314.pdf">https://editora.pucrs.br/download/livros/1314.pdf</a>. Acesso em: 3 set. 2025.          RAMIDOFF, M. L. <b>Direito da Criança e do Adolescente: teoria jurídica da proteção integral</b>. Curitiba: Vicentina. 2008.          THIOLENT, M. <b>Metodologia da Pesquisa-Ação</b>. São Paulo, Cortez, 2018.</p>
<p><b>Módulo II</b> 40h</p>	<p><b>Componente Curricular:</b> Políticas Públicas de Promoção para Planejamento de Medidas de Execução e Monitoramento para Defesa de Direitos da Crianças e dos Adolescentes <b>Carga Horária:</b> 20 horas</p> <p><b>Ementa:</b> Legislações Nacionais e Estaduais: Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto da pessoa com deficiência. Povos originários e povos tradicionais.</p>

	<p>Garantia dos direitos fundamentais: saúde, educação, moradia, assistência, cultura, esporte, lazer, etc. Garantia de direitos para adolescentes LGBTQIANP+. Garantia de direitos para imigrantes. Outras Legislações correlatas. CMDCA Fundos da Infância e Adolescência SUAS. Projeto de Intervenção (elaboração da proposta: definição do referencial teórico, recursos, cronograma e resultados esperados).</p> <p><b>Referências:</b>  CARVALHO FILHO, M.P. <b>Indenização por equidade no novo Código Civil</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.  FREITAS, M. C. de. (Org.). <b>História Social da Infância no Brasil</b>. São Paulo: Cortez Editora, 1997.  MACHADO, M. de T. <b>A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos</b>. São Paulo: Editora Manole, 2003. RAMIDOFF, M. L. <b>Lições de Direito da Criança e do Adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas</b>. 3. ed. Curitiba: Juruá. 2011. RAMIDOFF, M. L. <b>Direitos difusos e coletivos IV: Estatuto da criança e do adolescente</b>. v. 37. São Paulo: Saraiva, 2012 (Coleção Saberes do Direito). SARAIVA, J. B. da C. <b>Direito Penal Juvenil: Adolescente e ato infracional. Garantias processuais e medidas socioeducativas</b>. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2002.</p>
<b>Módulo III</b> <b>40h</b>	<p><b>Componente Curricular:</b> Infância, adolescência e suas especificidades  <b>Carga Horária:</b> 20 horas</p> <p><b>Ementa:</b> Crianças e Adolescentes e os direitos violados: Crianças e adolescentes em situação de rua. Igualdade Racial, Violências (física e verbal, patrimonial). Exploração Sexual de crianças e adolescentes. Exploração do Trabalho Infantil. Educação não violenta. Letalidade na adolescência. Sistema único de assistência social. Programa Nacional de Proteção à Criança e Adolescente ameaçados de Morte – PPCAAM. Adolescente infrator: direitos humanos, acesso ao álcool e outras drogas Sócio-educação na perspectiva dos direitos humanos. Uso de armas não letais em ambientes socioeducativos. Legislação nacional e internacional de justiça juvenil. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Monitoramento e avaliação das políticas públicas. Projeto de Intervenção (conclusão da proposta e organização para o seminário).</p> <p><b>Referências:</b>  ABRAMOVAY, M. (Org.). <b>Escola e Violência. Brasília</b>. UNESCO, 2002.  ADORNO, S. <b>Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade</b>. v. 10, n. 1. São Paulo: Tempo Social, 1998.  ARANTES, E. M. M. <b>Rostos de crianças no Brasil</b>. In: PILLOTTI, F. e RIZZINI, I. (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Instituto Interamericano del niño. Rio de Janeiro: Ed. Santa Úrsula/Amais Livraria, 1995.  BANGO, J. <b>Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios</b>. In: FREITAS, M. V.; PAPA F. de C. (org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.  MELLO, S.L. <b>Família: perspectiva teórica e observação factual</b>. In: CARVALHO, M.C.B.(org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Educ; Cortez, 2002.  RAMIDOFF, M. L. <b>Bullying: responsabilidade de todos!</b> Disponível em: <a href="http://marioluizramidoff.jusbrasil.com.br/artigos/121934689/bullying-responsabilidade-de-todos">http://marioluizramidoff.jusbrasil.com.br/artigos/121934689/bullying-responsabilidade-de-todos</a>. Acesso em: 10 ago. 2025.</p>
<b>Módulo III</b> <b>40h</b>	<p><b>Componente Curricular:</b> Medidas de execução e monitoramento para defesa de direitos da crianças e dos adolescentes  <b>Carga Horária:</b> 20 horas</p> <p><b>Ementa:</b> Aplicação de medidas Sistema de informações para infância e adolescência (SIPIA). O dia a dia do conselheiro tutelar: desafios e possibilidades. Fluxos decisórios, papel do colegiado (CT e CMDCA) e construção das estratégias de ação. Projeto de Intervenção (apresentação da proposta no seminário).</p>

**Referências:**

ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escolas inovadoras: um retrato de alternativas**. In: Desafios e Alternativas: violências na escola. Brasília: UNESCO, 2002. p.185-221. (Anais do Seminário Internacional de Violências nas escolas).

ARANTES E. M. M. **Redes de proteção e responsabilização em casos de violência contra crianças e adolescentes. O papel da Universidade**. In: OLIVEIRA, A. C. de F.; NAIR, C. B. (orgs). Violência contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização. Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, v.1. p. 31-37, Rio de Janeiro, 2007.

MINAYO, M.C.S. **Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas**. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, M.A; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMIDOFF, M. L. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa – SINASE: comentários à Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. São Paulo: Saraiva.

**CARGA HORÁRIA TOTAL 120h**